

EU ACENO, TU GRUNHES, ELE TRACEJA: A LINGUAGEM E O TEMPO

10.29327/210932.9.1-10

Cidiclei Alcione Biavatti
Universidade Federal do Tocantins
cidbiavatti@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0122-1799>

Marina Haizenreder Ertzogue
Universidade Federal do Tocantins
marina@mail.uft.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-7854-736X>

RESUMO: O presente artigo objetiva compreender como os elementos que constituem a linguagem foram percebidos e estudados ao longo da história humana, à luz de um estudo bibliográfico. Para isso, partimos da filosofia grega clássica até o surgimento da linguística nos séculos XIX e XX. O desenvolvimento da linguagem, utilizando como marco inicial o emprego da imagem, representada pelas pinturas rupestres produzidas na pré-história, em que os primeiros humanos registaram seu cotidiano, até o surgimento da escrita cuneiforme e as transformações desta, que possibilitaram o surgimento do alfabeto como o conhecemos atualmente. O ser humano, desde sua gênese, buscou maneiras de compreender e ser compreendido. Isso possibilitou que a comunicação atingisse diferentes estágios, esteada em técnicas diversas, mas com o objetivo comum, de perpetuar seus feitos, narrar as agruras de sua trajetória e demarcar o estabelecimento das sociedades e da civilização.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Comunicação Humana. Escrita. Alfabeto. Imagem.

INTRODUÇÃO

Por certo, determinar um ponto exato para o início da aventura humana, no que tange à sua habilidade comunicacional, pode ser um tanto arriscado. O que se sabe é que o ser humano, desde o limiar de sua existência, buscou maneiras e ferramentas de/para sobreviver. A comunicação fixa-se nesse rol. Seja se utilizando de gestos, de representações imagéticas ou com vocalização articulada, é fato que o homem desenvolveu a linguagem, criou relações e deixou seu legado de ser comunicativo para a posteridade.

Poder-se-ia dizer que tudo começou em remotas paredes rochosas. Em riscos sobre um chão empoeirado ou gravações em pequenas tábulas de argila. De certo, que a linguagem não é sinônimo de uma forma apenas de comunicar. É sim uma mistura heterogênea e ao mesmo tempo inclusiva, que permitiu ao homem desenhar, falar e escrever. E mesmo assim não se tornou exclusiva do ser humano, já que, onde haja um ser vivo, esse está se comunicando, se utilizando de linguajar próprio, seja por gestos, danças ou cheiros.

Vários autores fizeram o exercício de explicar o que é linguagem, seu limiar, bem como sua evolução: Fischer (2009, p. 12), partindo de uma definição simples, diz que ela é

significada como “meio de troca de informações”, perpassando as “expressões faciais, gestos, posturas, assobios, sinais de mão, escrita, linguagem matemática”. Bronowski (1992, p. 45) entende que o homem passou a criar códigos comuns e compreensíveis em suas caçadas, uma vez que tal prática requeria “planejamento consciente e comunicação por meio de linguagem”. Pinker (2004, p. 7) ressalta que a linguagem não só distingue o ser humano de outras espécies animais, mas está “tão intimamente entrelaçada com a experiência humana que é quase impossível imaginar vida sem ela”. Fischer (2009, p. 71) esclarece que o “pensamento primitivo e as vocalizações evoluíram progressivamente para o pensamento sofisticado e a fala articulada”.

A partir das reverberações dos autores, percebemos que deslindar a linguagem não é uma tarefa fácil, uma vez que são tantas formas pelas quais ela é disseminada que, por vezes, é possível confundir seu universo com o conceito de algum de seus afluentes, como por exemplo, a língua. Contudo, neste texto, iremos andarilhar pela historicidade da linguagem, objetivando compreender como os elementos que constituem a linguagem foram percebidos e estudados ao longo da história humana, à luz de um estudo bibliográfico. Para isso, partimos da filosofia grega clássica até o surgimento da linguística nos séculos XIX e XX.

A LINGUAGEM E SUAS RELAÇÕES

Ao se buscar compreender os processos comunicacionais, os porquês da linguagem, como se concebe uma língua, indubitavelmente se chega a uma encruzilhada ou, no mínimo, a uma questão: Como língua e linguagem se relacionam? Perini (2010, p. 2) esclarece que a “língua” é uma das maneiras como se manifesta exteriormente a capacidade humana a que chamamos “linguagem”, ao passo que Rousseau (1983, p. 164) argumenta que primeiramente surgiu “a linguagem figurada e o sentido próprio foi encontrado por último.” O autor explica ainda que o ato de nomear as “coisas” só foi possível quando essas “foram vistas sob sua forma verdadeira”. De maneira natural, assim como se desenvolveu enquanto conjunto de códigos e signos, a linguagem também suscitou surgir em sua órbita uma série de ciências, que intentaram explicá-la, e ainda o fazem.

Considerando que filosofar é postar-se à frente de problemas ligados à existência humana, invariavelmente, em algum momento nos apanharemos absortos em pensamentos, e, de acordo com o Livro da Filosofia (2011, p. 12) “ainda que não o percebamos, ao raciocinar praticamos o pensamento filosófico”. Diante das implicações que a linguagem, a descrição das coisas traz ao percurso evolutivo do ser humano, a filosofia posiciona-se então como ciência primeira a refletir sobre a origem e os problemas da linguagem. Entrementes, as reflexões da filosofia acerca da linguagem, é necessário ressaltar, se voltam em especial às inquietações provocadas pelo uso e o surgimento das línguas, como será apresentado abaixo.

Rousseau (1999, p. 181) pontua que a linguagem primitiva, aquela que se deu antes mesmo que o ser humano precisasse ser persuasivo com argumentos diante de seus semelhantes, foi “o grito da natureza”. A vocalização primeva diante do perigo, da lamentação pela dor, explica o autor, marca um momento em que aos homens não parecia tão basilar se comunicar. A expansão da capacidade cognitiva, forçou-os a ampliar tais códigos, que,

posteriormente, emergiram na forma de línguas, sem, no entanto, desvanecer outras formas de linguagem.

Na Grécia, no período conhecido como clássico, Platão (427-347 A.P.), em *Crátilo*, induz, por meio do diálogo entre Sócrates, Crátilo e Hermógenes, uma reflexão acerca das coisas, seus nomes e qual a finalidade de nomeá-las, e ao lhe dar nome, sistematizar um código de instruções aos falantes da mesma língua. Outra contribuição filosófica clássica sobre a linguagem está em “Da Interpretação”, escrita por Aristóteles (384-321 A.P.). Nesse tratado, o filósofo grego deduz que os sons produzidos pela fala são representações da alma humana, ao passo que os caracteres escritos são a representação da fala. Aristóteles (2005, p. 81) alerta, porém, que “como a escrita, a fala também não é a mesma em toda a parte [para todas as raças humanas]”, concluindo que isso não se aplica aos signos e objetos, “iguais para toda a humanidade” e que são “representações ou imagens”.

Em ensaio escrito em 1684, Leibniz (1982, p. 204) descreve que “todo razonamiento humano se lleva a cabo mediante algunos signos o caracteres”, do que se deduz que o pensamento para existir e ser compreendido necessita de codificação. Leibniz (1982) insere entre tais códigos, os elementos clássicos que constituem as línguas, incluindo as palavras e as letras, e outras maneiras de se sistematizar a linguagem, como os símbolos matemáticos, as notas musicais, as composições químicas e até os registros astronômicos. É de Leibniz também, o estudo de uma língua universal, o que seria a *globalização* plena das civilizações.

Segundo Marcondes (2010, p. 65), estudos realizados pelo filósofo alemão Gottlob Frege (1848-1925), principalmente no final dos anos 1800, influenciaram sobremaneira o desenvolvimento da filosofia da linguagem no século XX, “em um sentido amplo e não mais restrito às questões estritamente lógicas”. Escrito em 1892, o artigo *Sobre o Sentido e a Referência* estabelece, na visão de Frege, três questões que deveriam ser tratadas a partir de uma teoria do significado, relacionadas ao sentido ou às coisas que temos compreensão; a referência, que constitui o que se fala; e a verdade, ao se considerar que a fala proferida é composta por fatos verdadeiros ou falsos.

Pressupondo a dificuldade em expressar de maneira clara, de forma que não houvesse prejuízo à lógica no manuseio de expressões aritméticas pela linguagem usual, Frege (2009, p. 45-48) concebeu a *Conceitografia*, uma “linguagem formular do pensamento puro”. Segundo o autor, tal conceito muito auxiliaria a tarefa dos filósofos, absortos em sua cruzada para “romper o domínio da palavra sobre o espírito humano [...], ao libertar o pensamento dos acréscimos indesejáveis a ele associados pela natureza dos meios linguísticos de expressão”. Com prudência, é possível dizer que Frege preocupava-se com a clareza da linguagem, especialmente no que tange à língua, frente ao que se expressa, o que se vê e, inevitavelmente, com as imagens que são criadas intimamente a partir dessa comunicação.

Mas é no início da década de 1920 que a filosofia da linguagem tem uma das suas mais respeitáveis contribuições. A este tempo, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951) lança o *Tractatus logico-philosophicus* em 1921, em que elabora alguns pensamentos sobre a linguagem que ele mesmo viria a criticar em *Investigações Filosóficas*, publicado em 1953. Escrito em forma de itens numerados, o *Tractatus* traz a visão de Wittgenstein acerca da linguagem de maneira pictórica, como no tópico 2.1, quando afirma que criamos imagens sobre os fatos ou acontecimentos que constituem o mundo. Para Wittgenstein (2001, p. 165) “o homem possui a capacidade de construir linguagens com as quais se pode

expressar todo o sentido”, tendo ainda a habilidade de, através da linguagem, disfarçar o que está pensando, em vista da complexidade em se entender a lógica e intenções de suas manifestações comunicacionais.

Ao confrontar essas ideias sobre a linguagem, vista primeiramente como estrutura lógica de manifestação humana, o autor passa a tratá-la como o empenho humano em se comunicar, entendendo que a linguagem tem caráter socializador e que “sem o uso do discurso e da escrita as pessoas não poderiam fazer-se entender” (WITTGENSTEIN 2009 p. 185). É perceptível que os estudos da linguagem, também em Wittgenstein, são conduzidos em torno da língua, que teria a função de permitir ao ser humano transmitir sensações, sentimentos comuns, enfim tornar possível o avançar da aventura comunicacional humana.

Nesse andarilhar, surge a linguística. Orlandi (2009) relata que essa surgiu derivada dos estudos sobre gramática, iniciados ainda no século XVII, com Claude Lancelot e Antoine Arnauld, ao publicarem a *Gramática Geral e Racional*, em 1690. A autora ressalta que nessa obra, a linguagem foi investigada de maneira geral, alçada acima dos estudos de uma língua específica. No século XIX, a linguística se dedicou a estudar como o passar do tempo e as interações culturais transformam a língua. Mateus e Villalva (2006) destacam como expoentes dessa época o filólogo dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832), os alemães Franz Bopp (1791-1867) e Wilhelm von Humboldt (1767-1835). De acordo com as autoras, esse último dedicou-se a compreender como homem e linguagem se relacionam, estabelecendo que o pensamento somente se efetiva a partir da língua.

A linguística moderna, estruturada da maneira como a conhecemos hoje, tem seu exórdio com os estudos do professor suíço Ferdinand de Saussure. O *Curso da Linguística Geral*, publicado postumamente em 1916, marca sua trajetória nos estudos estruturalistas da linguística. Substanciada nessa obra, Orlandi (2009, p. 21) reverbera que “a linguística ganha um objeto específico: a língua”, descrita como ““sistema de signos”, ou seja, um conjunto de unidades que estão organizadas formando um todo”. Saussure (2006) observa que existe uma interdependência entre dois elementos da linguagem: a língua e a fala. Entretanto, esses dois objetos têm diferenças cruciais, e de acordo com Saussure (2006, p. 27), “a língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro”, sendo comum a todos que a utilizam. A fala, por seu turno, é peculiar, sendo particular de cada indivíduo.

Nos anos 1950, a linguística teórica tem ascensão, segundo Mateus e Villalva (2006), baseada na obra *Aspectos da Teoria da Sintaxe*, lançada em 1957 pelo linguista norte-americano Noam Chomsky, que culmina na Gramática Gerativa. Orlandi (2009, p. 39) descreve que na teoria de Chomsky “a faculdade da linguagem aparece aí como intrínseca à espécie humana: o homem já nasce com ela. A linguagem é inata. Faz parte da natureza do homem”. Outro aspecto a ser destacado diz respeito ao efeito da diversidade linguística e seus impactos no desenvolvimento das línguas, como elencam Mateus e Villalva (2006), ao avaliarem que as línguas se modificaram, evoluindo durante séculos, mesmo em grupos separados e a diversidade somente se deu em razão da movimentação humana, gerando comunicação entre povos distintos. A transmutação das línguas, desse modo, pode ser descrita pelo constante movimento globalizante promovido pelo ser humano ao longo de sua história.

Laplantine (2003, p. 7) explica que “o homem nunca parou de interrogar-se sobre si mesmo”, e o faz estudando as várias áreas que abarcam a civilização. O autor usa a antropologia linguística para colocar a linguagem como vestígio material da trajetória humana, como a humanidade constrói seu cotidiano e expressa sentimento. A linguagem, na ótica de Leakey (1997, p. 116), permitiu aos humanos “criar novos tipos de mundo na natureza: o mundo da consciência introspectiva e o mundo que construímos e dividimos com os outros, o qual chamamos “cultura”. A relação cultura e linguagem suscitou algumas questões elaboradas por Lévi-Strauss (2008, p. 79): “Para estudar uma cultura, é necessário o conhecimento da língua? Em que medida e até que ponto? Inversamente, o conhecimento da língua implica o da cultura, ou pelo menos de alguns de seus aspectos?”. O autor considera a linguagem uma premissa da cultura, através da qual a sociedade transmite seus hábitos, costumes, sua essência dentro do grupo, além de projetar sua idiossincrasia a outros povos, para muito além da língua.

A linguagem, ao mesmo tempo em que cria empatia entre as civilizações, e porque não dizer institui elos entre os povos, pela semelhança com que estes se caracterizam, é na visão de Bhabha (1998), também um elemento dissonante, já que se caracteriza pela produção de sentido, e dessa maneira pode amplificar os contrastes, pela diferença nos sistemas de grafia, registro que evidencia as culturas. Geertz (2008, p. 35) menciona que o acúmulo de conhecimento, de elementos cotidianos, amparados em “sistemas de símbolos significantes (linguagem, arte, mito, ritual) para a orientação, a comunicação e o autocontrole”, fez surgir um novo ambiente, ao qual o ser humano viu-se obrigado a habituar-se, gerando assim sociedades díspares e, internamente, indivíduos que se destacaram diante de seus pares.

DA IMOBILIDADE FEZ-SE O MOVIMENTO

Não seria razoável se tratar da linguagem humana, sua escalada no tempo, os vestígios históricos e o ato comunicativo, sem abordar a imagem. Temos na imagem a primeira construção do imaginário humano sobre o mundo a sua volta. Na bíblia, o livro de Gênesis, no capítulo 1, versículo 27, conta que Deus criou o homem a sua imagem e semelhança, evocando ali a imagem da perfeição final de sua obra. Já Platão (427-347 A.P.), usa a alegoria da caverna para evocar a imagem. Joly (1994, p. 16) destaca que “do mito da caverna à Bíblia, aprendemos que somos nós próprios imagens, seres que se assemelham ao Belo, ao Bem e ao Sagrado”.

Mas quando o homem se encontrou com a imagem? Que implicações a percepção imagética trouxe para sua jornada? Para Joly (1994, p. 18) “no início, havia a imagem. Para onde quer que nos viremos, existe a imagem”. Olhar, refletir e atribuir um sentido ou utilidade para esses vultos que se formam em seu olho, deve ter sido um momento intrigante para o homem primitivo. Temos, em nossa atualidade, a impressão de que um mundo sem atribuir valores ao que nos cerca, o que ilustra nossa existência, seria praticamente inconcebível.

Santaella e Nöth (2001, p. 15) se utilizam da terminologia “mundo das imagens” para definir a profusão de representações visuais que constituem a orbe onde vivemos. Os autores dividem esse mundo visual em dois domínios: o domínio da imagem como representações visuais, que se formam através do aspecto material da imagem, engloban-

do “desenhos, pinturas, gravuras, fotografias e as imagens cinematográficas, televisivas, holo e infográficas”. O segundo domínio se configura “pelas imagens imateriais em nossa mente”, concentrando em si “visões, fantasias, imaginação”, convergindo assim para “representações mentais”.

Para além da divisão conceitual, Santaella e Nöth (2001) bem indicam que, embora se situem em *universos* distintos, estejam onde estiverem, as imagens não se desvinculam. Ora senão, para fixar em um suporte material o que se vislumbra em nossa fértil imaginação, primordialmente teríamos de criá-la mentalmente ou então termos contato com essas mesmas imagens, ilustrando nosso cotidiano, tanto hoje quanto em uma distante, porém não menos importante e graficamente documentada *pré-história*.

Temos aqui, seguindo nessa imagética aventura, um sem número de probabilidades. De acordo com Villafañe (2006, p. 27), “pocos fenomenos humanos poseen la variedad que el universo de la imagen presenta”. Ainda segundo o autor, essa capacidade se amplifica ao se considerar que “la multiplicidad de sus usos, de los medios que la producen, de las funciones que satisface, hacen de la imagen un macrocosmos dificilmente abordable desde una exclusiva perspectiva científica”. Isso porque, independente do leitor das imagens, haverá sempre uma interpretação distinta. Assim, não é possível, ou pelo menos recomendável, que se enquadre a imagem sob apenas uma perspectiva interpretativa.

É necessário, diante disso, admitir que as imagens que nos cercam, ou que criamos em nossa mente, têm diferentes escalas de importância. Essa distinção não era a regra em tempos mais antigos, de acordo com o que reflete Gombrich (1993, p. 20), para quem entre os povos ditos primitivos “não há diferença entre edificar e fazer imagens, no que se refere à utilidade”. O autor justifica essa afirmação explicando que as construções erigidas serviam como abrigo para as intempéries e “para os espíritos que geram tais eventos”. Não menos importante para essas civilizações, “as imagens são feitas para protegê-los contra outros poderes que, para eles, são tão reais quanto as forças da natureza” (GOMBRICH, 1993, p. 20).

A cena que se desenrola, por vezes clichê, porém não menos científica que todas as tentativas de definir a relação homem-imagem, é comum ao humano ao acordar. Se olhar no espelho, sentir-se familiar, um rosto entre outros tantos, uma imagem projetada entre inúmeras que encontrará durante o dia. Por outro lado, ou outra *era*, o animal refletido na água que refresca, nem sempre é amistoso, apesar das inúmeras vezes que o vê. Podemos ponderar que, desde o princípio de nossa caminhada sobre a terra, somos os mesmos seres curiosos. A diferença está no acúmulo de tecnologias e conhecimentos acerca do mundo que nos envolve, e da imagem que construímos deste e de nós mesmos.

Retornando à filosofia, temos o entendimento de Platão e Aristóteles sobre a imagem. Platão (2000, p. 314) nomeia as “imagens, em primeiro lugar, às sombras; depois, aos simulacros formados na água e na superfície dos corpos opacos, lisos e brilhantes”. O filósofo aduz ainda que o mundo se divide em visível, constituído pela matéria perceptível aos sentidos do homem, e o mundo inteligível, onde os pensamentos, a partir de ilustrações tiradas do mundo real, constroem seus conceitos e ideais. Por sua vez, Aristóteles (2010, p. 120-123) propõe que “as imagens são, pois, como sensações, só que sem matéria”, acrescentando que a “alma nunca entende sem uma imagem.”

As primeiras imagens feitas pelo ser humano foram encontradas em abrigos, como grutas e cavernas, onde ficaram protegidas das intempéries naturais. O despertar imaginativo, aqui, pode ser comparado ao descrito por Platão na *Alegoria da Caverna*, quando o vislumbre do mundo, da realidade que o cerca, trouxe a necessidade ao *artista pré-histórico*, e ao antes cativo da caverna, de aprender e apreender. Partimos então em busca de algo além do simbolismo místico, já que perseguimos aqui identificar o desenvolvimento da comunicação humana. Assim, seguindo o que propõe Pessis (2003, p. 70) sobre a imagem na pré-história, “em vez de procurar meros significado”, mais valioso seria “identificar o que representam as figuras”, os temas pintados, do ponto de vista do cotidiano, com quais metodologias os artistas primitivos fixaram seus motivos, e assim “será possível descobrir outras informações sobre o modo da comunicação” entre humanos.

Panofsky (1991, p. 23) compara a utilização de signos pelo ser humano e por outros animais, ponderando que “o homem é, na verdade, o único animal que deixa registros atrás de si, pois é o único animal cujos produtos “chamam à mente” uma ideia que se distingue da existência material destes”. A diferença para os outros animais, de acordo com o autor, reside no fato de que os animais criam rastros, mas não registram de maneira concreta. Exemplo disso, ainda de acordo com Panofsky (1991), é a construção de represas pelos castores, que as executam, mas não tem a capacidade de planejar isso em um desenho prévio. O autor, ao evocar os registros imagéticos humanos como arte, concebeu em seus estudos sobre a imagem os termos *Iconografia* e *Iconologia*. Partindo dessas considerações, Panofsky (1991) estabelece três estágios para que se configure o reconhecimento dos motivos, análise e o desdobramento de tal perquisição nas imagens, sendo estes a pré-iconografia, a iconografia e a iconologia.

A *pré-iconografia* se estabelece a partir do reconhecimento do que Panofsky (1991, p. 50) nomeia como “o mundo das formas puras assim reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais”. Para o autor, tais formas constituem o “mundo dos motivos artísticos”. Na arqueologia, quando se trata da arte rupestre, Sanches (2012, p. 166) esclarece que “os motivos são assim os temas e conceitos que corporizam o sentido convencional da obra”. Desta forma, Panofsky (1991), tratando da imagem na arte renascentista, e Sanches (2012), ao se referir à arte pré-histórica, concordam que os motivos artísticos primários, são representações palpáveis e familiares do mundo em que está inserido o leitor.

A segunda relação estabelecida por Panofsky (1991), é a *iconografia*. Nesse ponto, em oposição ao simples reconhecimento das representações primárias da pré-iconografia, tem-se, ainda na concepção de Panofsky (1991, p. 50), a ligação dos “motivos artísticos e as combinações de motivos artísticos (composições) com assuntos e conceitos”. Nessa fase, é necessário que se identifique exatamente os motivos representados. Argan (1998) reflete que a arte projetada, no decorrer das mais diversas épocas da história da humanidade, mais do que simplesmente a face de cada civilização, mas sim desencadeia influências artísticas, que ao final convergem para o mundo das imagens. Para Argan (1998, p. 51), Panofsky foi muito oportuno em sua percepção de “ter entendido que, apesar da aparência confusa, o mundo das imagens é um mundo ordenado e que é possível fazer a história da arte como história das imagens”, razão pela qual analisar tais motivos nos permite compreender o ato criativo e comunicacional do ser humano.

A *Iconologia*, de acordo com Panofsky (1991, p. 54), “é um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise”. Isso requer que se busque entender com a máxima exatidão os motivos, as imagens e as histórias por detrás da representação. O padrão iconológico, dessa forma, faz emergir valores e símbolos. Cassirer (1977) avalia que a busca pela interpretação desses símbolos extrapola a orbe puramente física, estabelecendo um universo dos símbolos. O autor entende que a compreensão da história passa pela interpretação das manifestações simbólicas. Panofsky (1991, p. 52) acrescenta ao pensamento de Cassirer que o significado das manifestações humanas, esteado na iconologia, “é apreendido pela determinação daqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica”. Emerge então um mundo em que a imagem se apresenta como elemento narrativo, do qual Cassirer (1977, p. 277) sugere que, partindo da “mediação e intervenção desses dados simbólicos podemos captar os dados históricos reais - os acontecimentos e os homens do passado”, registrando e comunicando, dessa maneira a história e comportamento humanos.

E aqui vamos nós, obstinados em comunicar, documentar e expressar, independente da ordem das ações. Resultado do ócio ou pelo imperativo ato de sobrevivência, comunicar-se passou a ser essencial. Sousa (2006, p. 129) expõe sua percepção acerca dos primórdios da comunicação humana, para quem o fato de o homem pintar nas “paredes das cavernas evidenciava a necessidade de comunicar que advém do pensamento complexo.” Observe que o autor liga a comunicação ao ato da pintura, uma clara forma de expressão artística. Tal pensamento é comungado, em parte, por Giovannini (1987, p. 25), para quem as “representações pictóricas do paleolítico”, apesar de representarem um começo promissor para a comunicação humana, não foram elaboradas com a finalidade de comunicar, mas sim “expressar”, sendo esse o motivo de serem apontadas como “arte pré-histórica”. A autora, por outro lado, observa a importância desses registros testemunharem acerca “das habilidades do homem pré-histórico”, além de constituírem a “base documentada sobre a qual se constrói a história, ainda que hipotética, do meio de comunicação primário: a linguagem” (GIOVANNINI 1987, p. 25).

Então, a imagem desde os primórdios da humanidade, teve um papel crucial no conhecimento da história, na fixação da memória, uma espécie de marcador de passos dos seres que habitavam o planeta. É sobre esse efeito movimentador que Debray (1993, p. 15) discorre, refletindo que, sejam como forem, “manuais ou mecânicas, fixas, animadas, em preto e branco, em cores, mudas, falantes - é um fato comprovado, desde há algumas dezenas de milhares de anos, que elas fazem agir e reagir”. Reiterando tal pensamento, outra função é visualizada por Pessis (2003) na prática gráfica: a ludicidade. O lúdico pressupõe brincar, jogar, movimentar. Huizinga (2000, p. 67) esclarece que não necessariamente pode-se afirmar “que o jogo se transforma em cultura, e sim que em suas fases mais primitivas a cultura possui um caráter lúdico, que ela se processa segundo as formas e no ambiente do jogo”. Então, o fato de o homem, desde a pré-história, realizar atividades que não remetem ao dito funcional, mas sim ao aprendizado e reconhecimento de suas próprias habilidades, do domínio sobre técnica e materiais, precede o desígnio utilitário, vinculando a seu ciclo – imaginação e criação - toda a capacidade interpretativa de seus autores. Ou seja, “a função social dessa prática será atingida depois de terem, ludicamente, ensaiado as possibilidades de seu uso” (PESSIS, 2003, p. 68).

Quis que ao conjugar iniciativa e capacidade criativa, os artistas primevos fundeassem ao homem a extensão da memória além do olho. E além do tempo. Bergson (1999, p. 158) menciona que existe uma diferença entre a imaginação e a lembrança, ilustrando bem o que se supõe sobre a gênese perpetuadora da imagem na *pré-história*. Ao sentenciar que “a imagem pura e simples não me reportará ao passado a menos que seja efetivamente no passado que eu vá buscá-la”, o autor situa a memória em seu devido lapso temporal, ou seja, a imagem rupestre não representa nossa própria memória, senão o registro comum ao despertar perceptivo de toda uma espécie, que ecoa em nossa contemporaneidade.

Mas nem só de pinturas em rochas e cavernas vive o acervo imagético do paleolítico. Além de pintar, o homem-artista também gravou e esculpiu. Esta última atividade, ou habilidade, deixou um bom número de peças espalhadas pelos continentes. Janson (2001, p. 45) esclarece que dentre as obras mais antigas, está um cavalo esculpido há 30.000 anos, em “marfim de mamute”, encontrado em uma caverna na Alemanha. A gruta em questão chama-se Vogelherd. Já estatuetas com representação feminina, datadas com uma idade entre 29.000 e 23.000, e descobertas na Europa a partir do final do século XIX, de acordo com Bernabeu (2014, p. 97), “tradicionalmente se conocen como Venus, nombre que designa a la diosa romana de la belleza y el amor”, ligadas “a um mundo simbólico común, puesto que son numerosas y están dispersas por um vasto ámbito geográfico”. Esse mundo simbólico, que engloba não só as Vênus, mas também ao cavalo de marfim e as pinturas rupestres, especula-se, canaliza a comunicação entre o artista e os membros de sua comunidade a um universo místico, onde as divindades sentem-se agraciadas com sua oferta.

A de Willendorf talvez seja a mais famosa representante das Vênus. Com idade estimada entre 24.000 e 20.000 anos e esculpida em seixo, já recebeu algumas suposições sobre sua real finalidade. Baumgart (2007, p. 6) sugere a magia como mote para sua criação, discorrendo “que se tratava tão-somente da evocação da fertilidade”, fato evidenciado pelo realce excessivo dos seios, ventre e sexo. Por outro lado, Bernabeu (2014, p. 99), vai além da especificidade simbólica, analisando que “desde otras perspectivas, estas pequeñas esculturas se asocian a una imagen real de las mujeres que vivieron en el Paleolítico”, similar ao costume de registrar as particularidades do humano moderno, inclusive em esculturas.

Em outra perspectiva, Debray (1993) relata que a imagem sempre esteve ligada à morte, ou ao elevar à imortalidade. Segundo o autor, existe no homem a necessidade de eternizar, de deixar para a posteridade algo que de maneira inexorável desaparecerá. Do que se pode deduzir, desde as pinturas rupestres, passando pela fotografia, nossa imortalidade estética e criativa fez-se gravar, como um monumento erigido para nosso *post-mortem*.

Mágica, religião, mística. Ou apenas arte. O fato é que as obras realizadas no paleolítico, em seu sentido ou intencionalidade, encontram referência no pensamento de Faure (1921, p. 17), “art, which expresses life, is as mysterious as life”¹. Assim, o que temos, partindo da imagem, é a representação de um mundo, que embora seja o mesmo em que andamos hoje, traz consigo a sofisticação de uma criação artística. Se levarmos em conta sua crença de que, com a perfeição do desenho, as suas caçadas seriam mais proveitosas, teríamos o que Thomas, (1983 p. 19) descreve como o esmero, quando se investiam “muitas horas no aperfeiçoamento de sua arte, resultando daí que alguns dos quadros pintados

1 “Arte, que expressa a vida, é tão misteriosa quanto a vida” (tradução livre).

naquelas cavernas, bem no despontar da civilização, não eram muito inferiores às melhores pinturas realistas feitas hoje em dia”.

Para Dondis (1997, p. 167), esse realismo incomum encontrado nas pinturas rupestres sugere que a sua finalidade vai além da evocação pelo sucesso na caçada, mas sugere que essas deveriam se tornar “uma ajuda visual, um manual de caça composto para recriar os problemas da caça e revigorar o conhecimento do caçador, além de instruir os que ainda eram inexperientes”. Teríamos então, encravado nas profundezas de uma caverna, um livro didático voltado para uma atividade prática, com uma mensagem codificada.

Quando piscou o olho duas vezes seguidas, o ser humano viu-se a observar o mesmo lugar. Agora estava fixado em um território e, essa mudança em seu modo de vida, embora possa parecer tediosa diante de uma rotina nômade, possibilitou à humanidade conhecer-se enquanto ser social. Bronowski (1992, p. 59-60) situa essa revolução em torno de dez mil anos, período em que surgem “a domesticação de animais e o cultivo de algumas plantas. E este é o ponto de partida da civilização”. Esse período da trajetória humana é conhecido como Neolítico. O termo, de acordo com Brézillon (1990, p. 194), deriva “do grego *neos*, novo, e *lithos*, pedra”, quando surge, ainda segundo o autor, “uma nova técnica de fabrico dos instrumentos de pedra: o polimento”. Assim como Bronowski (1992), também Brézillon (1990) considera a agricultura e a pecuária como fundamentais para o estabelecimento do homem em determinado local, no processo chamado de sedentarização. Lévi-Strauss (1989, p. 15) contribui com os autores, incluindo nesse inventário a “cerâmica” e a “tecelagem”, no que o autor chama de “domínio do homem sobre as grandes artes da civilização”.

Nesses tempos idos, o ser humano, já um ente comunicativo, usava a oralidade para exercitar essa habilidade. Tradição essa que sobrevive ainda hoje, e que durante alguns milhares de anos, foi a base de toda a informação, a maneira de transferência da história. Para Ong (1998, p. 15), mesmo que o ser humano se utilize de vários artifícios para promover a linguagem, o fato de se “ver a linguagem como um fenômeno oral parece ser inevitável e óbvio”, visto que apesar das outras maneiras de expressão humana, que se utiliza de todas as formas de percepção, o autor crê que “num sentido profundo, a linguagem, o som articulado, tem importância capital”. Leroi-Gourhan (1971, p. 255) observa que nas comunidades mais antigas, o cabedal de conhecimentos é transmitido oralmente, sendo responsabilidade de “jefes de familia ancianos, bardos o sacerdotes”. Reflexão que é comungada por Vansina (2010, p. 139-140), para quem “uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais”.

Mas eis que a imagem, fixada em paredes rochosas de cavernas, foi, com o passar do tempo, evoluindo em forma e sentido, e, seguindo o que expõe Higounet (2003, p. 12), esses esboços se convertem “em algo que se assemelha a rudimentos de escrita; eles exprimem, se não uma ideia, pelo menos um desejo”. Se for possível conceber que escrever é desenhar, logicamente respeitando-se codificações, intenções e as peculiaridades da linguagem nos grupamentos humanos, também Goody (1992, p. 193) entende que isoladas ou agrupadas, ainda assim “las formas gráficas primitivas, pictóricas o convencionales, son consideradas, implícita o explícitamente, “mensajes” de comunicación y, como tales, precursores de la escritura”.

A escrita, assim como outras *ferramentas* desenvolvidas pelos ascendentes humanos, não nasceu pronta, visto que ainda hoje se transmuta. Apenas atendia às necessidades demandadas para sua época. Em um primeiro estágio, foi marcada pela pictografia, ou seja, sua representatividade se dava a partir de desenhos, ligando a imagem ao objeto que se quer representar. Ong (1998, p. 99) observa que desenhos, sem um processo de codificação não explicitam sentido algum, mas sim “precisam ser explicados por algo mais do que desenhos, isto é, ou em palavras ou em um contexto inteiramente humano, humanamente compreensível”. Por seu turno, Calvet (2007, p. 24) pondera que o sistema pictórico encerra em si “cierta capacidad de perduración, de resistencia al tiempo o capaces de salvar el espacio”, alçando-se assim acima da simples tentativa de expressão (arte) ou comunicação (linguagem), mas sim “asegurar la conservación o la perennidad del mensaje”, fato que os registros *pré-históricos* comprovam.

A próxima fase do desenvolvimento da escrita é caracterizada como ideográfica, concebida a partir de ideogramas, símbolos gráficos que simulam uma ideia. Vasconcelos (2006, p. 18) define os ideogramas como “caracteres de uma tal escrita, em que a significação vai além da representação imediata”. Reflexão compartilhada por Cohen (1970, p. 140), que agrega por sua vez os aspectos fonéticos ligados às particularidades de cada língua, indicando que nesse estágio “aparece a notação dos sons, isto é, a escrita se torna, só parcialmente ao princípio, fonográfica”.

Para que a revolução escrita ocorresse, necessário seria também que o homem se transformasse. Harari (2015) liga o surgimento da escrita a uma demanda gerada pela revolução agrícola. O autor explana que a fixação do homem e a produção de alimentos pelas atividades agropecuárias, em determinado momento, modificaram a forma como este lidava com a busca de alimento. O outrora caçador e coletor se viu diante do surgimento, mesmo que embrionário, de uma sociedade complexa, que armazenava alimentos e necessitava contabilizá-los.

Por volta de 3500 e 3000 a.C., na região conhecida como Mesopotâmia, “a terra entre rios” segundo Kramer (1969, p. 11), localizada no internódio dos Rios Tigre e Eufrates, no Oriente Médio, em parte do território do atual Iraque, vivia o povo sumério, uma sociedade que estava em processo de desenvolvimento. André-Salvini (1995) conta que esse foi um período de modificações profundas nas relações sociais, com o surgimento dos primeiros agrupamentos humanos. Essa nova sociedade, que se tornava multiforme, exigia também a configuração de novos procedimentos administrativos para garantir seu crescimento. Coincidentemente, mas não por mero acaso, a escrita dava mais um passo em sua transformação. Há esse tempo, André-Salvini (1995, p. 11) considera que “the political, social and cultural conditions needed for writing to be invented were all met”². Fischer (2009, p. 23) faz coro a essa constatação, aduzindo que somente “a necessidade social poderia produzir uma ferramenta eminente e tão completa como a escrita”. Surgia, assim, a escrita cuneiforme.

























O termo “cuneiforme”, como explica Higounet (2003, p. 29) “significa em forma de cunha”, e de acordo com Pozzer (1998/1999, p. 62), o termo se origina do “latim *cuneus* (canto), pois ela é o resultado da incisão de um estilete, impressa na argila mole, com três dimensões (altura, largura e profundidade)”. No início, a escrita cuneiforme apresentava-

2 “As condições políticas, sociais e culturais necessárias para a escrita ser inventada foram todas cumpridas” (tradução livre).

-se através de pictogramas, esses, para Giovannini (1997, p. 29), podem ser considerados como “a primeira tentativa sistemática para fixar a linguagem”, mesmo considerando que seu alcance comunicacional apresentasse limitações em razão de constituir-se de símbolos que, ainda segundo a autora, através dos quais, “podia-se representar alguns objetos concretos, mas não traduzia a articulação da frase”. Os registros mais antigos de escrita que se tem conhecimento são as chamadas tábulas de Uruk³, datadas, de acordo com Giovannini (1997, p. 29) “de cerca de 3300 a.C.”. A autora explica que essas pequenas placas de argila serviram de suporte para a gravação da imagem de “animais, utensílios, plantas, e alguns sinais abstratos muito mais numerosos que foram interpretados como números” (GIOVANNINI, 1997, p. 29).

O grande passo para a consolidação da escrita cuneiforme, não mais como artefato pictográfico, mas sim como representação da língua, foi quando, segundo Kramer (1969, p. 132), “os escribas⁴ passaram a usar símbolos foneticamente, para indicar tanto sons como ideias” (figura 1). Essa transformação não aconteceu de maneira espontânea. Visava sim, ampliar a materialização da língua, e, como explica Higounet (2003, p. 32), “sem multiplicar desmesuradamente o número de sinais correspondentes às palavras”. Em concordância, Fischer (2001, p. 13) aponta que as mudanças históricas nos sistemas de escrita “are deliberately elaborated or changed by human agents – drawing from a wide variety of existing resources – in order to achieve any number of specific goals”⁵.

Figura 1: Ilustração da evolução da escrita cuneiforme

	Warka	Djemdet Nasr	Cuneiforme primitivo	Cuneiforme clássico
cabeça				
mulher				
astro céu deus				
sol dia				
peixe				
boi				

Fonte: Higounet (2003, p. 35)

3 Sítio arqueológico no sul da Mesopotâmia, na margem do Rio Eufrates, atual Iraque (COULMAS, 1996).

4 Responsável por registrar nas tábulas os escritos cuneiformes. Por ser uma atividade considerada nobre, a instrução dos escribas tinha um custo elevado. Desta maneira, os escribas eram oriundos de famílias abastadas e o ofício era hereditário, passando de pai para filho. O escriba necessitava conhecer as centenas de símbolos e, não podiam registrar suas impressões pessoais ou opiniões. (POZZER, 1998/1999).

5 “são deliberadamente elaborados ou alterados por agentes humanos - a partir de uma ampla variedade de recursos existentes - a fim de alcançar qualquer número de objetivos específicos” (tradução livre).

Essa mudança foi além da simples grafia. Outra contribuição que perdura em vários sistemas de escrita até os dias atuais é a leitura no sentido horizontal, da esquerda para a direita. Com essa alteração, como descreve Kramer (1969, p. 131), os escribas “evitavam borrar o texto com as mãos”, o que acontecia frequentemente nos escritos verticais. As placas de argila eram posicionadas deitadas e os símbolos eram gravados horizontalmente, o que de acordo com Higounet (2003, p. 32), “tornou irreconhecíveis os pictógrafos primitivos”, em um processo que Giovannini (1997, p. 30) define de “estilização do cuneiforme”, marcando a divisão social “entre os que sabiam e os que não sabiam ler”, sendo que os últimos dependiam da narrativa de um interlocutor para ter acesso às informações circulantes. Segregação que, percebe-se, atravessou milênios.

A partir da escrita, a vida em sociedade passou a ser documentada. Atos administrativos, transações comerciais, feitos heroicos (ou despóticos), textos religiosos, receitas medicinais e escritos literários estão registrados desde a antiguidade. Em torno da ferramenta suméria, outros povos que habitavam a região também desenvolveram suas escritas. Higounet (2003, p. 36) destaca que os acádios ao “tomar emprestada” a escrita suméria, fizeram com que essa se difundisse no antigo oriente, influenciando povos como “o elamita, o hurrita, o urarteu e o hitita” a desenvolverem a notação de suas próprias línguas. Apesar de apresentar modificações, o cuneiforme foi, por séculos, a língua *oficial* do antigo oriente. No século V a.C., de acordo com o que relata Giovannini (1997, p. 32), a escrita cuneiforme foi utilizada por “Dario, o Grande, [...] para inscrever em língua persa a recordação de seus empreendimentos bélicos.” Ainda de acordo com a autora, os últimos textos registrados com o uso do cuneiforme datam do século I a.C., curiosamente originários do mesmo local onde havia surgido, há mais de 3.000 anos antes: Uruk.

O vale do Rio Nilo, região nordeste do continente africano, registra seus primeiros habitantes em torno de 120.000 e 90.000 anos, de acordo com Grimal (1996). Entretanto, por volta do terceiro milênio antes de nossa era, ali floresceu uma das mais importantes civilizações que o mundo conheceu: a Egípcia. Sua cultura é exaltada até hoje em razão de suas grandiosas realizações arquitetônicas, da engenharia e de uma profunda ligação com o espiritual. Assim como ocorreu com os sumérios da Mesopotâmia, os egípcios também desenvolveram meios para documentar a exuberância de sua existência, por meio de sua escrita particular, os hieróglifos⁶.

Giovannini (1987, p. 33) conta que a escrita no antigo Egito surgiu de maneira “um tanto brusca”, sem registros de que tenha havido “etapas precedentes de pré-escrita”, ao contrário do ocorrido na Mesopotâmia. Os hieróglifos egípcios, desta maneira, apresentam características únicas, já que nasceram estruturados em um “sistema linguístico que acumula ideogramas, ou seja, sinais-palavras, e sinais fonéticos, isto é, sinais-sons” (GIOVANNINI, 1987, p. 33). Basicamente desenvolvida sobre a pictografia, a escrita egípcia não se modificou durante os três milênios em que persistiu seu uso.

Na concepção de Mokhtar (2010, p. L-LIV), o fato de no Egito a escrita permanecer “fiel ao sistema até o final de sua história” se deve, dentre outros motivos, pela profunda apreciação que os egípcios tinham pela “imagem e, portanto, ao signo como imagem. A imagem possuía um poder mágico latente”. Seguindo o raciocínio de Mokhtar (2010), percebe-se que ao signo era atribuído poder extranatural, por intermédio do qual as ameaças

6 O termo *hieróglifo* tem origem grega e significa escrita sagrada (BAKOS, 2007).

que circundam a vida podem ser neutralizadas ou destruídas. O autor exemplifica dizendo que, os escribas egípcios, rasuravam signos de animais potencialmente perigosos ou temidos, e, indo além, mirando outro humano, “o nome era, de fato, parte do indivíduo e, em certo sentido, a própria pessoa: destruir o nome era destruir a pessoa” (MOKHTAR, 2010, p. L-LIV).

A aplicação da escrita hieroglífica se dava, de maneira preferencial, em monumentos. Giovannini (1987) e Sousa (2012) descrevem que esse sistema de escrita decorava tumbas, estelas funerárias, templos e estátuas. Aplicava-se aqui, segundo Giovanni (1987, p. 34), a intencionalidade de destinar, escrita e objetos, “a uma vida eterna”. Sousa (2012, p. 22) destaca que os signos dos hieróglifos eram utilizados também na confecção e ornamentação de amuletos, que continham “um significado preciso: o escaravelho significa *kheper* (transformar, manifestar, vir à existência), o olho *udjat* (redenção, cura), o coração *ib* (consciência), o pilar *djed* (estabilidade), entre outros”. A profunda ligação dos egípcios com a consciência mística, com a crença na continuidade da vida após a morte se refletem no uso dos hieróglifos. Para a civilização egípcia, o uso do amuleto trazia proteção ao portador, mediante o poder mágico contido no signo, sendo esse considerado “intermediário entre a mente do criador e o mundo criado” (SOUSA, 2012, p. 22).

E a civilização egípcia não se limitou apenas a *escrever* no plano místico, ou artístico. Para além do desenvolvimento de uma cultura, que semeou muito mais que produtos agrícolas às margens do rio Nilo, os egípcios, por cerca de quatro milênios, conceberam, nas palavras de Fischer (2001, p. 42) “four ‘distinct but interrelated’ scripts, which were frequently written in complementary usage: hieroglyphic, hieratic, demotic and Coptic”⁷. O autor complementa, narrando que os três primeiros (hieróglifo, hierático e demótico), apesar de diferirem no aspecto construtivo, “in function, form and usage they are one writing system”⁸, do que podemos deduzir que as três formas de grafia interagem (figura 2).

7 “Quatro roteiros “distintos, mas inter-relacionados”, que foram frequentemente escritos em uso complementar: hieroglífico, hierático, demóticos e copta” (tradução livre).

8 “Em função, forma e uso, eles são um sistema de escrita” (tradução livre).

Figura 2: Ilustração das fases da escrita egípcia



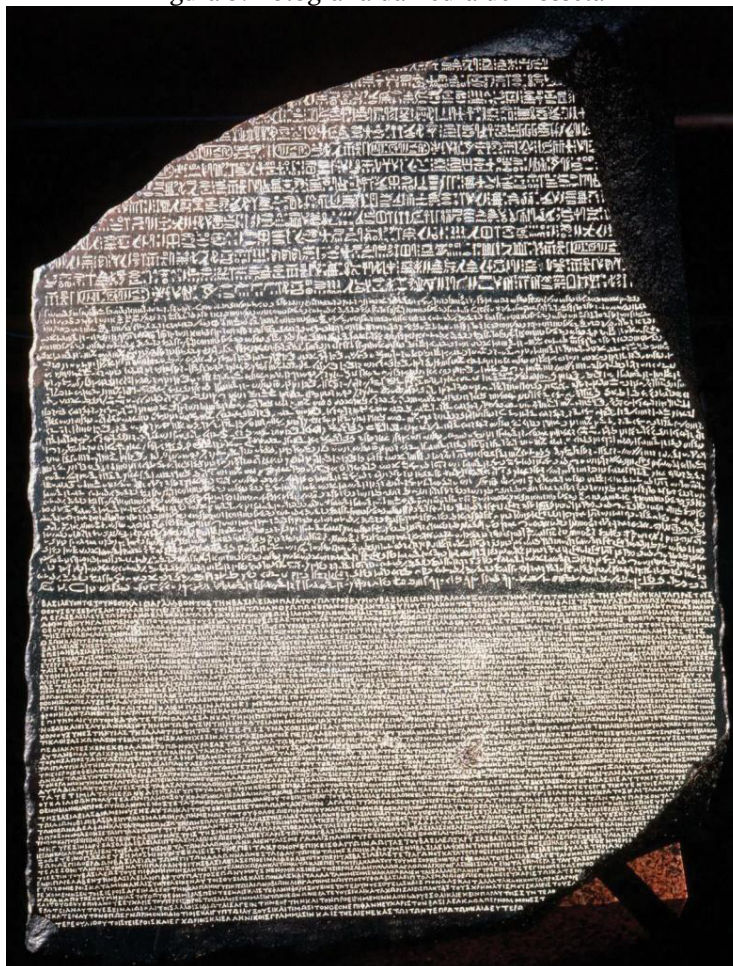
Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base em Fischer (2001)

Sobre os hieróglifos, em que pese já termos abordado seu uso, Giovannini (1987, p. 35) explica que este, “para as comunicações de uso diário era um instrumento inadequado”, em razão principalmente do tempo que se necessitava dispor para gerar a escrita hieroglífica. O que suscitou o surgimento dos outros modos de escrita, estruturada com a finalidade de registrar textos administrativos, literários, funerários e religiosos.

O real significado dos hieróglifos egípcios permaneceu como grande mistério, por mais de um milênio. Essa história começou a mudar, de acordo com o que relata Sales (2007, p. 15), “em meados de Julho de 1799”, quando em uma escavação arqueológica realizada no Fort de S. Julien, na cidade de Roseta, “o tenente francês Pierre François Xavier Bouchard [...] descobriu um bloco de granito negro, meio partido, com uma inscrição em três tipos de escrita (hieroglífica, demótica e grega)”.

O bloco passou a ser chamado de Pedra de Roseta (figura 3). Entretanto, apenas em 1822, outro francês, o jovem Jean-François Champollion, então com dezenove anos, conseguiu interpretar de maneira correta o conteúdo escrito no bloco de granito (SALES, 2007).

Figura 3: Fotografia da Pedra de Rosseta



Fonte: Britannica (2018)

Estava assim desvendada, pelo menos uma parte da rica história egípcia, parte essa que alimenta o imaginário acerca dessa fantástica civilização que habitou, nas palavras de Bakos (2007, p. 190), “a terra da prosperidade, da perenidade, da riqueza (celeiro da antiguidade), lugar em que, em vez de fome, se encontravam riquezas entesouradas, faraós imortais e deuses poderosos”, e que perdura gravado nas imagens que os escribas traçaram para a posteridade.

Evolução? Aprimoramento? Uma questão de estilo e conveniência? De certa forma, as questões se relacionam. Na definição de Coulmas (1996, p. 9), alfabeto é “a writing system characterized by a systematic mapping relation between its signs (graphemes) and the minimal units of speech (phonemes)”⁹. Se considerarmos a quantidade de línguas existentes no mundo, mesmo a época de seu surgimento, é possível ter ideia do quão complexa foi sua trajetória histórica. Cohen (1970) estabelece, entre os fatores a serem considerados como obstáculos, logicamente vencidos, para que essa história se consolidasse, os eventos acontecidos no âmago das sociedades, a diferença na representação gráfica e fonográfica de cada língua e a maneira particular como as palavras eram constituídas.

Calvet (2007, p. 127) menciona que o alfabeto é apenas um dos fatos que constituem a história da escrita, conquanto “no basta para explicarla por completo, pues representan sólo um aspecto, por más que para los occidentales éste resulte el principal”. É possível per-

9 “um sistema de escrita caracterizado por uma relação sistemática de mapeamento entre seus sinais (grafemas) e as unidades mínimas de fala (fonemas)” (tradução livre).

ceber aqui, uma crítica ao modo ocidental de ver sua escrita como ferramenta de democratização da informação. O autor considera, para tanto, o fato de os chineses, por exemplo, utilizarem ideogramas¹⁰ até os dias atuais, sendo que culturalmente não concebem outra forma de escrever que não seja *desenhando*.

O sistema que seria mais tarde convertido no alfabeto que hoje conhecemos, surgiu com a civilização Fenícia¹¹, de acordo com Cohen (1970), entre o ano 1.000 e 1.300 a.C. É consenso entre alguns autores que o grupo de 22 letras, nas quais todas eram consoantes, não se tratava de um alfabeto completo. Cohen (1970, p. 146) o define como “estado intermediário entre o silabismo e o alfabeto completo”, principalmente pela ausência das vogais, que na verdade estariam inseridas nas sílabas. Alinhada a essa convicção, Gelb (1963, p. 197) nomeia o protótipo como West Semitic syllabary, ou Silabário Semítico Ocidental, referindo-se “às várias formas de escrita usadas pelos fenícios, hebreus e outros semitas da segunda metade do segundo milênio a.C.”, justificando que esses escritos seguem o mesmo arquétipo de seus predecessores egípcios, que ainda na ótica de Gelb (1963), se constituem em silabários, quando se analisa a expansão da escrita.

Cohen (1970, p. 147) considera que um passo importante na definição do que seria o abecedário adotado maciçamente no mundo ocidental, foi “a adoção do alfabeto consonântico semítico pelos gregos, talvez por volta do ano 1000 a.C., tomado diretamente dos fenícios ou por via de propagação pela Ásia Menor”. Tal ponderação é comungada por Ruiz (2011, p. 87), que ressalta a importância da introdução das vogais, como particularidade de seu alfabeto, pelos gregos, “hecho que lo convirtió en un instrumento con unas posibilidades infinitas para la comunicación y potenció su posterior influencia en los sistemas de escritura de otros pueblos, entre ellos el latino”.

Observação pertinente faz McLuhan (1972, p. 66), ao comparar a invenção do alfabeto e da roda, como catalisadores de um fenômeno que condensou ou fez interagir “espaços num único espaço [...] o alfabeto fonético reduziu o uso simultâneo de todos os sentidos, que é a expressão oral, a um simples código visual”. Deduzimos assim que a história humana é feita de estágios embrionários, em que as ferramentas que perpetuam a vida e a civilização estão em constante metamorfose. Quando tratamos da comunicação, vários foram os estágios que nos fizeram chegar ao momento tecnológico atual, com o mundo finalmente transformado em aldeia global (MCLUHAN, 1972).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No andarilhar da história humana, vislumbramos que o ser humano, desde sua gênese, buscou maneiras de compreender e ser compreendido. Isto possibilitou que a comunicação atingisse diferentes estágios, estada em técnicas diversas, mas com o objetivo comum de perpetuar seus feitos, narrar as agruras de sua trajetória e demarcar o estabelecimento das sociedades e da civilização. Seja em paredes de cavernas, tabuletas de argilas ou em *tablets* modernos, lá estão os vestígios que demarcam o nascimento do ser criativo.

E, como é da natureza humana, não bastava criar. Desde o alvorecer do ser humano como ser social e sociável, esse estudou ou tentou projetar os motivos e os fenômenos que o cercam. Seja na Grécia Antiga, na antiga Mesopotâmia ou, mais recentemente, na

10 Símbolos gráficos que representam diretamente uma ideia (COSTA, SILVA e VILAÇA, 2013, p. 123).

11 Civilização que se desenvolveu a partir do território do atual Líbano, ocupando litoral do Mar Mediterrâneo (EDEY, 1993).

Europa e no Novo Mundo Americano, a linguagem, falada, escrita ou desenhada, suscita a curiosidade em apreender e descrever sua importância e desenvolvimento. Por fim, sem comunicação, provavelmente não teríamos chegado até aqui, ao Século XXI. E, dadas as atuais mudanças tecnológicas aceleradas pelas quais passamos, o próximo desafio, certamente, será manter-se como ser comunicador, e aos pesquisadores seguir decifrando a comunicação em constante metamorfose.

I WAVE, YOU GRUNT, HE DRAWS: THE LANGUAGE AND THE TIME

ABSTRACT: This article aims to understand how the elements that constitute the language have been perceived and studied throughout human history, in the light of a bibliographical study. To do so, we start from classical Greek philosophy until the emergence of linguistics in the 19th and 20th centuries. The development of language, using as a starting point the use of image, represented by the cave paintings produced in prehistory, where the first humans recorded their daily lives, until the appearance of cuneiform writing and its transformations, which enabled the emergence of the alphabet as we know it today. The human being, since its genesis, has sought ways to understand and to be understood. This made it possible for communication to reach different stages, based on different techniques, but with the common goal of perpetuating its achievements, narrating the hardships of its trajectory, and demarcating the establishment of societies and civilization.

KEYWORDS: Language; Human Communication; Writing; Alphabet; Image.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ-SALVINI, Béatrice. Mesopotamia: The birth of writing. In: **The Unesco Courier** – April 1995. UNESCO. Paris, 1995. Disponível em: < <https://en.unesco.org/courier/1995-april>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARISTÓTELES. Sobre a alma. In: **Obras completas**. Tradução de Ana Maria Lóio. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.

_____. **Órganon**: Categorias, da interpretação, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutações sofisticadas. Tradução de Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2005. Disponível em: <<http://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2017/09/Aristoteles-Organon.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

BAKOS, Margaret Marchiori. Hieróglifos: Imagens, sons e egiptomania. **Phoïnix**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 178-201, jan. 2007.

BAUMGART, Fritz. **Breve história da arte**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERNABEU, Maria Lillo. **La imagen de la mujer en el arte prehistórico del arco mediterráneo de la Península Ibérica**. 2014. 1001 f. Tese (Douctoral en Prehistoria, Historia Antigua, Arqueología y Filologías Griega y Latina) - Universitat D'Alacant, Alicante, 2014. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/45725/1/tesis_maria_lillo_bernabeu.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BHABHA, Homi. K. **O lugar da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BÍBLIA SAGRADA. João Ferreira A. D'Almeida. Nova York: Sociedade Americana da Bíblia, 1850. 1190 p.

BRÉZILLION, Michel. **Dicionário de pré-história**. Lisboa: 70, 1990.

BRONOWSKI, Jacob. **A escalada do homem**. Tradução de Núbio Negrão. 3.ed. São Paulo:

- Martins Fontes, 1992. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/x0x18>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- CALVET, Louis-Jean. **Historia de la escritura**: De Mesopotamia hasta nuestro dias. Barcelona: Paidós, 2007
- CASSIRER, Ernst. **Ensaio sobre o homem**: uma introdução a uma filosofia da cultura humana. Tradução: Vicente Felix de Queiroz. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- COHEN, Marcel. Resumo da história da escrita. In: **Revista de História v. 40 n. 81, p. 137-151**. Mar. 1970. São Paulo: Departamento de História – USP, 1966. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128945/125629>>. Acesso em 26 jun. 2018.
- COULMAS, Florian. **The Blackwell encyclopedia of writing systems**. Malden: Blackwell Publishing, 1996.
- DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**: uma história do olhar no ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. Tradução de Jefherson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Topic. Site, 2018. Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/Rosetta-Stone/media/509988/112900>>. Acesso em: 21 set. 2018.
- FAURE, Elie. **History of art**: modern art. New York: Harper & Brothers Publishers, 1921.
- FISCHER, Steven Roger. **A history of writing**. London: Reaktion Books, 2001.
- _____. **História da escrita**. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: UNESP, 2009.
- FREGE Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Paulo Alcoforado. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GELB, Ignace Jay. **A study of writing**. Chicago: Phoenix Books, 1963.
- GIOVANNINI, Barbara. In: GIOVANINNI, Giovanni. **Evolução na comunicação**: do sílex ao silício. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- GOMBRICH, Ernest Hans. **A história da arte**. 15. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.
- GOODY, Jack. Alfabetos y escritura. In: **Historia de la comunicación**: del lenguaje a la escritura, vol. 1. Barcelona: Bosch, 1992.
- GRIMAL, Nicolás. **Historia del antiguo egipto**. Madrid: Akal, 1996.
- HARARI, Yuva Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução de Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: LP&M Editores, 2015.
- HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2003.
- HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- JANSON, H. W. **História geral da arte**: o mundo antigo e a idade média. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. São Paulo: Papirus, 1994.
- KRAMER, Samuel Noah. **Mesopotâmia**: o berço da civilização. Tradução de Genolino Amado. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Tradução de Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- LEAKEY, Richard. **A origem da espécie humana**. Tradução de Alexandre Tort. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. **Escritos filosóficos**. Buenos Aires: Charcas, 1982.
- LEROI-GOURHAN, André. **El gesto y la palabra**. Traducción: Felipe Carrera. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1971.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de linguagem: de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- MATEUS, Maria Helena Mira; VILLALVA, Alina. **O essencial sobre linguística**. Lisboa: Caminho, 2006.
- MCLUHAN, Marshal. **A galáxia de Gutemberg: A formação do homem tipográfico**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora da USP, 1972.
- ONG, Walter J. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **O que é linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Tradução de Maria Clara Forbes Kneese e Jacob Guinsburg. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- PERINI, Mário A. Sobre língua, linguagem e linguística: uma entrevista com Mário A. Perini. **ReVEL**. V. 8, n. 14, 2010.
- PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da pré-história**. Parque Nacional da Serra da Capivara: Fumdam/Petrobrás, 2003.
- PINKER, Steven. **O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem**. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fonte, 2004.
- PLATÃO. **A República: ou: sobre a justiça. Gênero político**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Universidade Federal do Pará. Belém, 2000.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a Origem das Línguas**. In: Rousseau – **Coleção Os Pensadores**. Tradução de Lourdes Santos Machado. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- RUIZ, Hilario Bautista. La escritura de la lengua griega desde sus primeros testimonios hasta la difusión del libro impreso. **Revista de Didáctica de Cultura Clásica, Griego y Latín**, Málaga, n. 2, 2011, p. 81-103.
- SALES, José das Candeias. **Estudos de egiptologia: temáticas e problemáticas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- SANCHES, Maria de Jesus. Pensar a Arte rupestre através dos métodos e técnicas de registo e de representação: Uma abordagem ensaística. In: **1ª Mesa Redonda Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história: Paradigmas e Metodologias de Registo**. Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 45. DGPC, pp. 161-184, 2012.
- SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini. Cultrix: São Paulo, 2006.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 22 de fev. de 2018.
- SOUSA, Rogério. Os Hieróglifos: a escrita da vida. In: **Revista E-fabulations**, Porto, n. 10, p. 19-24, dez. 2012.

THOMAS, Henry. **A História da raça humana**: através da biografia. Tradução de Gilberto Miranda. 9. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1983.

VANSINA, Jean. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. **Metodologia e pré-história da África**: história geral da África. Brasília: UNESCO, 2010.

VASCONCELOS, Francisca das Chagas Medeiros. **Desenvolvimento da consciência fonológica**: correlações com a aprendizagem da leitura e escrita. 2006. 95 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia, Processamento e distúrbios da fala, da linguagem e da audição) – Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2006.

VILLAFANE, Justo. **Introducción a la teoría de la imagen**. Madrid: Pirámide, 2006.

WITTGENSTEIN Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de Marcos G. Montagnoli. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.